



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

UNIÃO - FAZENDA NACIONAL, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ n.º 00.394.460/0117-71, com sede na Alameda Santos, n.º 643, Jardim Paulista, São Paulo/SP, neste ato representada pelos Procuradores da Fazenda subscritores, habilitados nos termos do art. 131 da Constituição Federal e da Lei Complementar n.º 73/1993, doravante denominada “Fazenda Nacional”; e

GASCOM EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 71.324.040/0001-37, com endereço na Av Marginal Sergio Cancian, 5.293, Sertãozinho – SP, CEP 14.176-503; e

TBA -TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.429.622/0001-65, com endereço na Av Marginal Sergio Cancian, 5.255, Sertãozinho – SP, CEP 14.176-503, neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, doravante denominadas “Requerente” ou “Requerentes”.

Cada uma das partes denominada individualmente “Parte” e, conjuntamente, “Partes” têm justo e acertado o disposto a seguir.

As Partes firmam o presente Termo de Transação Individual (“Transação”), com fundamento no art. 171 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional, CTN), na Lei nº 13.988/2020, no art. 10-C, da Lei nº 10.522/2002, na Portaria PGFN nº 9.917/2020 e na Portaria PGFN nº 6757/2022.

1. DO OBJETO DA TRANSAÇÃO E DO PASSIVO FISCAL

1.1. A presente Transação tem por finalidade a regularização fiscal dos débitos das Requerentes, a redução de litígios e mediante concessões mútuas, compatibilizar os interesses das Partes quanto à redução dos riscos e ônus associados ao inadimplemento tributário e à cobrança forçada, promovendo a satisfação do crédito público dentro dos limites da capacidade de pagamento do contribuinte a fim de garantir a sobrevivência da atividade produtiva.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

1.2. O passivo fiscal das Requerentes é composto pelos créditos inscritos em Dívida Ativa da União indicados no Anexo I. A Transação objetiva o equacionamento da totalidade dos débitos inscritos em Dívida Ativa existentes na data da assinatura deste acordo (“Dívida Transacionada”). Enquanto vigente a Transação, a Dívida Transacionada ficará com a exigibilidade suspensa em virtude do parcelamento, nos termos do art. 151, VI, do CTN e conforme previsão do art. 3º, §2º da Lei 13.988/2020.

2. DO PLANO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA TRANSACIONADA

2.1. Considerando a situação econômica das Requerentes, aferida a partir da verificação das informações cadastrais patrimoniais ou econômico-fiscais prestadas pelo próprio devedor ou por terceiros à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou aos demais órgãos da Administração Pública, bem como a capacidade de pagamento aferida com base em diversas fontes de informação, serão concedidas as seguintes condições para adimplemento da Dívida Transacionada, discriminadas em tabela constante do Anexo II:

2.1.1. Desconto máximo de 65% (sessenta e cinco por cento) a cada uma das CDAs, vedada a redução do montante principal, sendo o desconto aplicado de forma proporcional sobre os acréscimos legais (multa, juros e encargos);

2.1.2. Pagamento da Dívida Transacionada de natureza não previdenciária (“Dívida Transacionada – Demais Débitos” em 120 (cento e vinte) prestações mensais, escalonadas na forma discriminada no Anexo II;

2.1.3. Pagamento da Dívida Transacionada de natureza previdenciária (“Dívida Transacionada - Previdenciária”) em 60 (sessenta) prestações mensais, escalonadas na forma discriminada no Anexo II;

2.1.4. Utilização de crédito no valor de R\$ 14.954.428,54 (quatorze milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e oito reais, e centavos acima), a título de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL, para amortização do saldo devedor após a aplicação dos descontos;

2.1.5. A cobrança do saldo liquidado com uso de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL ficará suspensa até a confirmação dos créditos utilizados pela autoridade competente, dentro do prazo legal de cinco anos da sua utilização.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

2.2. O valor de cada parcela será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

2.3. Os pagamentos serão efetuados até o último dia útil de cada mês, por meio de DARF emitida pelas Requerentes através da plataforma REGULARIZE, sendo o primeiro no mês da assinatura do presente acordo de transação.

2.4. O prazo máximo previsto para pagamento será de 120 (cento e vinte) meses para a Dívida Transacionada - Demais Débitos e de 60 (sessenta) meses para a Dívida Transacionada - Previdenciária, de modo que, se houver saldo devedor superior ao montante previsto para o último pagamento mensal, o valor remanescente deverá ser integralmente recolhido até a data de vencimento da última parcela.

2.5. Eventuais créditos que as Requerentes venha a dispor, por precatório, levantamento de depósito judicial ou qualquer outro meio, perante a União ou outros entes federados, poderão ser direcionados para adimplemento dos saldos devedores da Transação.

2.6. A formalização da Transação constitui ato inequívoco de reconhecimento, pelas Requerentes, da Dívida Transacionada.

2.7. A Dívida Transacionada somente será extinta quando integralmente cumpridos os requisitos previstos no momento da celebração da Transação.

3. DOS LITÍGIOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

3.1. As Requerentes reconhecem e confessam, de forma irrevogável e irretratável, a Dívida Transacionada, bem como sua responsabilidade pelo pagamento dela, confissão essa renovada a cada pagamento periódico, abstendo-se de discuti-las em ação judicial presente ou futura.

3.2. Expressa e irrevogavelmente, as Requerentes desistem das impugnações ou dos recursos interpostos, e das ações judiciais que tenham por objeto a Dívida Transacionada e, cumulativamente, renunciam a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundam a discussão judicial, incluídas as coletivas, ou recursos que tenham por



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

objeto a Dívida Transacionada, o que deverá ser feito por meio de requerimento de extinção do respectivo processo com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.

3.3. A desistência e a renúncia de que trata a cláusula anterior não eximem as Requerentes do pagamento dos honorários advocatícios e custas processuais devidos.

3.4. Em até 60 (sessenta) dias após a assinatura deste termo, as Requerentes deverão peticionar nos processos judiciais relativos a Dívida Transacionada, para notificarem ao juízo a celebração desta Transação, desistir da impugnação, recurso ou ação e renunciar aos direitos sobre os quais se fundam, confessando a dívida de forma irrevogável e irretratável.

4. DAS GARANTIAS

4.1. As Requerentes oferecem como garantia todos os direitos pessoais ou reais que detenham sobre ou decorram dos imóveis Matrícula nº 6.275 do RGI de Sertãozinho – SP avaliado nos autos da Execução Fiscal 5001493-65.2019.4.03.6102 em 08/03/2021 por R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

4.2. A formalização do presente acordo implica manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens, de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas administrativamente ou nas ações de execução fiscal ou em qualquer outra ação judicial.

5. DA POSSIBILIDADE DE ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DADOS EM GARANTIA

5.1. O imóvel referenciado na cláusula 4.1 apenas poderá ser objeto de alienação pelas Requerentes, desde que haja prévia anuência da Fazenda Nacional.

5.2. A eventual alienação do imóvel, livre de qualquer ônus para o adquirente, fica condicionada à inclusão da Fazenda Nacional como interveniente anuente do contrato de compra e venda e o valor arrecadado destinado à quitação das parcelas vincendas da presente transação.

6. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. A Fazenda Nacional obriga-se a:



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

- 4.1.1** Presumir a boa-fé das Requerentes em relação às declarações prestadas no momento da formalização da transação;
- 4.1.2** Notificar as Requerentes sempre que verificada hipótese de rescisão da transação, com concessão de prazo para regularização do vício;
- 4.1.3** Tornar públicas todas as negociações firmadas com as Requerentes, bem como as respectivas obrigações, exigências e concessões, ressalvadas as informações protegidas por sigilo.

4.2 As Requerentes aceitam as condições da transação e assume as seguintes obrigações:

- 4.2.1** Fornecer, sempre que solicitado, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conhecer sua situação econômica ou eventuais fatos que impliquem a rescisão do acordo;
- 4.2.2** Não utilizar a Transação de forma abusiva ou com a finalidade de limitar, falsear ou prejudicar de qualquer forma a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;
- 4.2.3** Declarar que não utiliza pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública Federal;
- 4.2.4** Declarar que não alienou ou onerou bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos inscritos;
- 4.2.5** Declarar que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais prestadas à administração tributária são verdadeiras e que não foram omitidas informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores;
- 4.2.6** Declarar a inexistência de outros créditos líquidos e certos em desfavor da União, reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado, ou precatórios federais expedidos em favor do contribuinte.
- 4.2.7** Autorizar o acesso da Fazenda Nacional às suas declarações e escritas fiscais;
- 4.2.8** Manter regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- 4.2.9** Não distribuir dividendos aos acionistas acima do mínimo legal;



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

4.2.10 Regularizar, no prazo de 90 (noventa) dias, os débitos que vierem a ser inscritos em Dívida Ativa ou que se tornarem exigíveis após a formalização da Transação;

4.3 Não alienar, no curso da Transação, bens ou direitos próprios que possam inviabilizar ou reduzir significativamente a capacidade de pagamento dos compromissos assumidos neste termo, sem proceder à devida comunicação à Fazenda Nacional, bem como demonstrar a ausência de prejuízo ao cumprimento das obrigações contraídas com a celebração da transação em caso de alienação ou de oneração de bens ou direitos integrantes do respectivo ativo não circulante;

5 HIPÓTESES DE RESCISÃO

5.1 Implicará rescisão da Transação:

- 5.1.1** A falta de pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou alternadas;
- 5.1.2** A falta de pagamento das duas últimas ou da última parcela da transação;
- 5.1.3** A constatação, pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do sujeito passivo como forma de fraudar o cumprimento da transação, ainda que realizado anteriormente a sua celebração;
- 5.1.4** A decretação de falência ou de extinção, pela liquidação, da Requerentes;
- 5.1.5** A concessão de medida cautelar fiscal, nos termos da Lei nº 8.397/1992;
- 5.1.6** A declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), nos termos dos arts. 80 e 81 da Lei nº 9.430/1996;
- 5.1.7** O descumprimento das obrigações formais e materiais para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- 5.1.8** O não peticionamento, pelas Requerentes, nos processos judiciais relativos à Dívida Transacionada, para: a) noticiar aos juízos a celebração do acordo de transação individual; b) confessar de forma irrevogável e irretratável os débitos;



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

- 5.1.9** O descumprimento ou cumprimento irregular de qualquer cláusula ou condição deste termo de transação, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias da notificação.
 - 5.1.10** A constatação, pela Fazenda Nacional, de que foram inverídicas as declarações formalizadas no Transação ou prestadas no curso das negociações, inclusive com relação aos documentos contábeis e fiscais;
 - 5.1.11** A constatação, pela Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial das Requerentes como forma de fraudar o cumprimento da Transação;
 - 5.1.12** A comprovação de que as Requerentes se utilizam de pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Nacional;
 - 5.1.13** A comprovação de que qualquer das Requerentes incorreram em fraude à execução, nos termos do art. 185 do CTN, e não reservaram bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.
- 5.2** A rescisão da transação implicará:
- 5.2.1** A exigibilidade imediata da totalidade dos débitos confessados e ainda não pagos, com o prosseguimento das execuções fiscais relacionadas aos créditos cuja exigibilidade estava suspensa, inclusive com a possibilidade de prática de atos de constrição e de alienação pelos juízos que as processam, deduzidos os valores pagos, exceto se decretada a falência de quaisquer das Requerentes;
 - 5.2.2** A execução automática das garantias.
- 5.3** Rescindida a Transação, é vedada, pelo prazo de 2 (dois) anos contados da data da rescisão, a formalização de nova transação, ainda que relativa a débitos distintos, nos termos do art. 17 da Portaria PGFN nº 9.917/2020.
- 5.4** As Requerentes serão notificadas sobre a incidência de alguma das hipóteses de rescisão da Transação, por meio eletrônico, através do endereço eletrônico cadastrado da plataforma REGULARIZE.
- 5.5** As Requerentes poderão, no prazo de 30 (trinta) dias, regularizar o vício ou apresentar impugnação, preservada a Transação em todos os seus termos durante esse período.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

5.6 A impugnação deverá ser apresentada pela plataforma REGULARIZE e deverá trazer todos os elementos que infirmem as hipóteses de rescisão, sendo possível a juntada de documentos.

5.7 Apresentada a impugnação, todas as comunicações ulteriores serão realizadas por meio da plataforma REGULARIZE, cabendo às Requerentes acompanharem a respectiva tramitação.

5.8 A impugnação será apreciada pelo Procurador da Fazenda Nacional da unidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional onde o acordo foi proposto, observadas as regras internas de distribuição de atividades.

5.9 As Requerentes serão notificadas da decisão por meio da plataforma REGULARIZE, sendo-lhe facultado interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, com efeito suspensivo.

5.10 O recurso administrativo deverá ser apresentado através da plataforma REGULARIZE e expor, de forma clara e objetiva, os fundamentos do pedido de reexame, atendendo aos requisitos previstos na legislação processual civil.

5.11 Caso não haja reconsideração pela autoridade responsável pela decisão recorrida, o recurso será encaminhado à autoridade superior.

5.12 A autoridade competente para o julgamento do recurso será o Procurador-Chefe da Dívida na 3ª Região.

5.13 Importará renúncia à instância recursal e o não conhecimento do recurso eventualmente interposto, a propositura, pela Requerente, de qualquer ação judicial cujo objeto coincida total ou parcialmente com a irrisignação.

5.14 Enquanto não definitivamente julgada a impugnação à rescisão da Transação, as Requerentes deverão cumprir todas as exigências do acordo.

5.15 Julgado procedente o recurso, tornar-se-á sem efeito a circunstância determinante da rescisão da Transação.

5.16 Julgado improcedente o recurso, a Transação será definitivamente rescindida.

6 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 A celebração do presente acordo de transação não dispensa o recolhimento das obrigações tributárias correntes devidas pela Requerentes, nem mesmo o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

6.2 A celebração desta transação não impede a regular incidência de juros, pelo índice legal vigente para a atualização dos créditos tributários da União, sobre os débitos inscritos em Dívida Ativa da União objeto desta transação.

6.3 O presente termo de transação individual não pode implicar na redução do montante principal do crédito inscrito em Dívida Ativa.

6.4 A formalização do acordo de transação constitui ato inequívoco de reconhecimento, pelas Requerentes, dos débitos transacionados.

6.5 A Transação foi autorizada na forma prevista nos artigos 60 e 62 da Portaria PGFN nº 6757/2022 (SEI nº 12998.100130/2023-40) e começa a produzir efeitos na data de sua assinatura pelas Partes.

6.6 Fica eleito o foro da Seção Judiciária de São Paulo para dirimir questões relativas ao presente termo de Transação.

6.7 Os casos omissos observarão o disposto nas Portarias PGFN nº 6757/2022.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

7 DOS ANEXOS

7.1 São parte integrante da Transação os seguintes Anexos:

Anexo I: Relação das Certidões de Dívida Ativa incluídas na Transação;

Anexo II: Plano de pagamento acordado;

São Paulo, 14 de agosto de 2023.



Mariana Fagundes Lellis Viera

Requerentes

Procuradora Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região



Gabriel Augusto Luís Teixeira Gonçalves

Darlon Costa Duarte

Procurador Chefe da Dívida Ativa na 3ª Região

Coordenador Geral de Estratégias de
Recuperacao de creditos



João Augusto de S.D.Borgonovi

Procurador da Fazenda Nacional



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

ANEXO I - CDAs incluídas na Transação

PREVIDENCIARIAS

GASCOM

Ds		
Inscricao	Data	Sistema
128981709	30/7/2016	Dívida PREV
129167169	6/8/2016	Dívida PREV
131420569	5/11/2016	Dívida PREV
135453550	1/2/2018	Dívida PREV
135453569	1/2/2018	Dívida PREV
140259198	1/2/2018	Dívida PREV
146379640	10/3/2018	Dívida PREV
146538595	10/3/2018	Dívida PREV
146538609	10/3/2018	Dívida PREV
148796281	11/6/2018	Dívida PREV
148796290	11/6/2018	Dívida PREV
150597134	11/8/2018	Dívida PREV
150597142	11/8/2018	Dívida PREV
161746187	20/7/2019	Dívida PREV
161746195	20/7/2019	Dívida PREV
171694163	6/6/2020	Dívida PREV
171694171	6/6/2020	Dívida PREV
171921089	13/6/2020	Dívida PREV
171921097	13/6/2020	Dívida PREV



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

172713099	8/8/2020	Dívida PREV
172713102	8/8/2020	Dívida PREV
173399240	19/9/2020	Dívida PREV
173399258	19/9/2020	Dívida PREV
174541775	12/12/2020	Dívida PREV
174541783	12/12/2020	Dívida PREV
308928288	8/10/1986	Dívida PREV
314028048	17/7/1991	Dívida PREV
320812758	26/8/1996	Dívida PREV
320812766	12/8/1996	Dívida PREV
324369980	30/4/1998	Dívida PREV
324369999	30/4/1998	Dívida PREV
353625523	4/6/2009	Dívida PREV
353625531	4/6/2009	Dívida PREV
358069718	28/2/2007	Dívida PREV
359832156	5/2/2007	Dívida PREV
360281516	28/4/2007	Dívida PREV
361284080	23/4/2018	Dívida PREV
362078440	24/12/2008	Dívida PREV
364033126	6/2/2009	Dívida PREV
365995959	2/11/2018	Dívida PREV
366619047	5/2/2010	Dívida PREV
367073234	19/3/2010	Dívida PREV
367786630	8/5/2010	Dívida PREV
555911381	28/5/1996	Dívida PREV



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

80 4 17 138290-45	29/12/2017	SIDA
80 4 19 003218-23	13/5/2019	SIDA
80 4 19 213310-54	4/11/2019	SIDA
80 4 20 102854-22	29/6/2020	SIDA
80 4 20 217329-56	30/11/2020	SIDA
80 4 20 217345-76	30/11/2020	SIDA
80 4 20 217346-57	30/11/2020	SIDA
80 4 20 217347-38	30/11/2020	SIDA
80 4 20 217348-19	30/11/2020	SIDA
80 4 20 217349-08	30/11/2020	SIDA
80 4 20 217350-33	30/11/2020	SIDA
80 4 20 217351-14	30/11/2020	SIDA
80 4 20 217352-03	30/11/2020	SIDA
80 4 20 217353-86	30/11/2020	SIDA
80 4 20 217354-67	30/11/2020	SIDA
80 4 21 188546-49	14/6/2021	SIDA
80 4 21 188547-20	14/6/2021	SIDA
80 4 21 188548-00	14/6/2021	SIDA
80 4 21 188549-91	14/6/2021	SIDA
80 4 21 188550-25	14/6/2021	SIDA
80 4 21 188551-06	14/6/2021	SIDA
80 4 21 188552-97	14/6/2021	SIDA
80 4 21 188553-78	14/6/2021	SIDA
80 4 21 188554-59	14/6/2021	SIDA
80 4 21 206382-49	23/6/2021	SIDA



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

80 4 21 206383-20	23/6/2021	SIDA
80 4 21 206384-00	23/6/2021	SIDA
80 4 21 206385-91	23/6/2021	SIDA
80 4 21 206386-72	23/6/2021	SIDA
80 4 21 206387-53	23/6/2021	SIDA
80 4 21 206388-34	23/6/2021	SIDA
80 4 21 206389-15	23/6/2021	SIDA
80 4 21 206390-59	23/6/2021	SIDA
80 4 21 206391-30	23/6/2021	SIDA
80 4 21 275557-21	6/7/2021	SIDA
80 4 21 275558-02	6/7/2021	SIDA
80 4 21 275560-27	6/7/2021	SIDA
80 4 21 275561-08	6/7/2021	SIDA
80 4 21 275562-99	6/7/2021	SIDA
80 4 21 275563-70	6/7/2021	SIDA
80 4 21 275564-50	6/7/2021	SIDA
80 4 21 475599-51	20/9/2021	SIDA
80 4 21 475600-20	20/9/2021	SIDA
80 4 21 475601-00	20/9/2021	SIDA
80 4 21 475602-91	20/9/2021	SIDA
80 4 21 475603-72	20/9/2021	SIDA
80 4 21 475604-53	20/9/2021	SIDA
80 4 21 514570-84	8/10/2021	SIDA
80 4 21 514571-65	8/10/2021	SIDA
80 4 21 514572-46	8/10/2021	SIDA



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

80 4 21 514573-27	8/10/2021	SIDA
80 4 21 514574-08	8/10/2021	SIDA
80 4 21 514575-99	8/10/2021	SIDA
80 4 21 514576-70	8/10/2021	SIDA
80 4 21 514577-50	8/10/2021	SIDA
80 4 21 514578-31	8/10/2021	SIDA
80 4 21 605052-23	20/12/2021	SIDA
80 4 21 605053-04	20/12/2021	SIDA
80 4 21 605054-95	20/12/2021	SIDA
80 4 21 605055-76	20/12/2021	SIDA
80 4 21 605056-57	20/12/2021	SIDA
80 4 21 605057-38	20/12/2021	SIDA
80 4 21 605058-19	20/12/2021	SIDA
80 4 21 605059-08	20/12/2021	SIDA
80 4 21 605060-33	20/12/2021	SIDA
80 4 22 219124-86	16/5/2022	SIDA
80 4 22 219125-67	16/5/2022	SIDA
80 4 22 219126-48	16/5/2022	SIDA
80 4 22 219127-29	16/5/2022	SIDA
80 4 22 219128-00	16/5/2022	SIDA
80 4 22 219129-90	16/5/2022	SIDA
80 4 22 219130-24	16/5/2022	SIDA
80 4 22 219131-05	16/5/2022	SIDA
80 4 22 219132-96	16/5/2022	SIDA
80 4 23 026728-25	16/1/2023	SIDA



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

80 4 23 026729-06	16/1/2023	SIDA
80 4 23 026730-40	16/1/2023	SIDA
80 4 23 026731-20	16/1/2023	SIDA
80 4 23 026732-01	16/1/2023	SIDA
80 4 23 026733-92	16/1/2023	SIDA
80 4 23 026734-73	16/1/2023	SIDA
80 4 23 026735-54	16/1/2023	SIDA
80 4 23 602226-59	19/6/2023	SIDA
80 4 23 602227-30	19/6/2023	SIDA
80 4 23 60 2228-10	19/6/2023	SIDA
80 4 23 60 2229-00	19/6/2023	SIDA
80 4 23 602230-35	19/6/2023	SIDA
80 4 23 602231-16	19/6/2023	SIDA
80 4 23 602232-05	19/6/2023	SIDA
80 4 23 602233-88	19/6/2023	SIDA
80 4 23 718688-14	19/6/2023	SIDA
80 4 23 718689-03	19/6/2023	SIDA
80 4 23 718690-39	19/6/2023	SIDA
80 4 23 718691-10	19/6/2023	SIDA
80 4 23 718692-09	19/6/2023	SIDA
80 4 23 718693-81	19/6/2023	SIDA

TBA



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

Ds Inscricao	Data Inscrição	Ds Sistema Origem
128811145	30/7/2016	Dívida PREV
128811153	1/2/2018	Dívida PREV
129101877	6/8/2016	Dívida PREV
131369067	5/11/2016	Dívida PREV
136500978	1/2/2018	Dívida PREV
136500986	1/2/2018	Dívida PREV
140414126	1/2/2018	Dívida PREV
140414134	1/2/2018	Dívida PREV
145699390	10/3/2018	Dívida PREV
145699404	10/3/2018	Dívida PREV
146222091	10/3/2018	Dívida PREV
146222105	10/3/2018	Dívida PREV
148715745	11/6/2018	Dívida PREV
148715753	11/6/2018	Dívida PREV
150531362	11/8/2018	Dívida PREV
150531370	11/8/2018	Dívida PREV
161702660	20/7/2019	Dívida PREV
161702678	20/7/2019	Dívida PREV
171499948	6/6/2020	Dívida PREV
171499956	6/6/2020	Dívida PREV
179403338	20/6/2021	Dívida PREV
179403346	20/6/2021	Dívida PREV
80 4 17 138152-57	29/12/2017	SIDA



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

80 4 19 202289-34	19/8/2019	SIDA
80 4 20 167596-39	23/11/2020	SIDA
80 4 20 167597-10	23/11/2020	SIDA
80 4 20 167598-09	23/11/2020	SIDA
80 4 20 167599-81	23/11/2020	SIDA
80 4 20 167600-50	23/11/2020	SIDA
80 4 20 167601-30	23/11/2020	SIDA
80 4 20 167602-11	23/11/2020	SIDA
80 4 20 167603-00	23/11/2020	SIDA
80 4 20 167604-83	23/11/2020	SIDA
80 4 21 514133-89	8/10/2021	SIDA
80 4 21 514134-60	8/10/2021	SIDA
80 4 21 514135-40	8/10/2021	SIDA
80 4 21 514136-21	8/10/2021	SIDA
80 4 21 514137-02	8/10/2021	SIDA
80 4 21 514138-93	8/10/2021	SIDA
80 4 21 514139-74	8/10/2021	SIDA
80 4 21 514140-08	8/10/2021	SIDA
80 4 21 514167-28	8/10/2021	SIDA
80 4 21 514168-09	8/10/2021	SIDA
80 4 21 604613-40	20/12/2021	SIDA
80 4 21 604614-20	20/12/2021	SIDA
80 4 21 604615-01	20/12/2021	SIDA
80 4 21 604616-92	20/12/2021	SIDA
80 4 21 604617-73	20/12/2021	SIDA



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

80 4 21 604618-54	20/12/2021	SIDA
----------------------	------------	------

80 4 21 604619-35	20/12/2021	SIDA
----------------------	------------	------

80 4 21 604620-79	20/12/2021	SIDA
----------------------	------------	------

DEMAIS

GASCOM

Ds		
Inscricao	Data	Sistema
128981709	30/7/2016	Dívida PREV
129167169	6/8/2016	Dívida PREV
131420569	5/11/2016	Dívida PREV
135453550	1/2/2018	Dívida PREV
135453569	1/2/2018	Dívida PREV
140259198	1/2/2018	Dívida PREV
146379640	10/3/2018	Dívida PREV
146538595	10/3/2018	Dívida PREV
146538609	10/3/2018	Dívida PREV
148796281	11/6/2018	Dívida PREV
148796290	11/6/2018	Dívida PREV
150597134	11/8/2018	Dívida PREV
150597142	11/8/2018	Dívida PREV
161746187	20/7/2019	Dívida PREV
161746195	20/7/2019	Dívida PREV
171694163	6/6/2020	Dívida PREV



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

171694171	6/6/2020	Dívida PREV
171921089	13/6/2020	Dívida PREV
171921097	13/6/2020	Dívida PREV
172713099	8/8/2020	Dívida PREV
172713102	8/8/2020	Dívida PREV
173399240	19/9/2020	Dívida PREV
173399258	19/9/2020	Dívida PREV
174541775	12/12/2020	Dívida PREV
174541783	12/12/2020	Dívida PREV
308928288	8/10/1986	Dívida PREV
314028048	17/7/1991	Dívida PREV
320812758	26/8/1996	Dívida PREV
320812766	12/8/1996	Dívida PREV
324369980	30/4/1998	Dívida PREV
324369999	30/4/1998	Dívida PREV
353625523	4/6/2009	Dívida PREV
353625531	4/6/2009	Dívida PREV
358069718	28/2/2007	Dívida PREV
359832156	5/2/2007	Dívida PREV
360281516	28/4/2007	Dívida PREV
361284080	23/4/2018	Dívida PREV
362078440	24/12/2008	Dívida PREV
364033126	6/2/2009	Dívida PREV
365995959	2/11/2018	Dívida PREV
366619047	5/2/2010	Dívida PREV



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

367073234	19/3/2010	Dívida PREV
367786630	8/5/2010	Dívida PREV
555911381	28/5/1996	Dívida PREV
195036549	9/7/2023	Dívida PREV
195036530	9/7/2023	Dívida PREV
80 4 17 138290-45	29/12/2017	SIDA
80 4 19 003218-23	13/5/2019	SIDA
80 4 19 213310-54	4/11/2019	SIDA
80 4 20 102854-22	29/6/2020	SIDA
80 4 20 217329-56	30/11/2020	SIDA
80 4 20 217345-76	30/11/2020	SIDA
80 4 20 217346-57	30/11/2020	SIDA
80 4 20 217347-38	30/11/2020	SIDA
80 4 20 217348-19	30/11/2020	SIDA
80 4 20 217349-08	30/11/2020	SIDA
80 4 20 217350-33	30/11/2020	SIDA
80 4 20 217351-14	30/11/2020	SIDA
80 4 20 217352-03	30/11/2020	SIDA
80 4 20 217353-86	30/11/2020	SIDA
80 4 20 217354-67	30/11/2020	SIDA
80 4 21 188546-49	14/6/2021	SIDA
80 4 21 188547-20	14/6/2021	SIDA
80 4 21 188548-00	14/6/2021	SIDA
80 4 21 188549-91	14/6/2021	SIDA
80 4 21 188550-25	14/6/2021	SIDA



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

80 4 21 188551-06	14/6/2021	SIDA
80 4 21 188552-97	14/6/2021	SIDA
80 4 21 188553-78	14/6/2021	SIDA
80 4 21 188554-59	14/6/2021	SIDA
80 4 21 206382-49	23/6/2021	SIDA
80 4 21 206383-20	23/6/2021	SIDA
80 4 21 206384-00	23/6/2021	SIDA
80 4 21 206385-91	23/6/2021	SIDA
80 4 21 206386-72	23/6/2021	SIDA
80 4 21 206387-53	23/6/2021	SIDA
80 4 21 206388-34	23/6/2021	SIDA
80 4 21 206389-15	23/6/2021	SIDA
80 4 21 206390-59	23/6/2021	SIDA
80 4 21 206391-30	23/6/2021	SIDA
80 4 21 275557-21	6/7/2021	SIDA
80 4 21 275558-02	6/7/2021	SIDA
80 4 21 275560-27	6/7/2021	SIDA
80 4 21 275561-08	6/7/2021	SIDA
80 4 21 275562-99	6/7/2021	SIDA
80 4 21 275563-70	6/7/2021	SIDA
80 4 21 275564-50	6/7/2021	SIDA
80 4 21 475599-51	20/9/2021	SIDA
80 4 21 475600-20	20/9/2021	SIDA
80 4 21 475601-00	20/9/2021	SIDA
80 4 21 475602-91	20/9/2021	SIDA



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

80 4 21 475603-72	20/9/2021	SIDA
80 4 21 475604-53	20/9/2021	SIDA
80 4 21 514570-84	8/10/2021	SIDA
80 4 21 514571-65	8/10/2021	SIDA
80 4 21 514572-46	8/10/2021	SIDA
80 4 21 514573-27	8/10/2021	SIDA
80 4 21 514574-08	8/10/2021	SIDA
80 4 21 514575-99	8/10/2021	SIDA
80 4 21 514576-70	8/10/2021	SIDA
80 4 21 514577-50	8/10/2021	SIDA
80 4 21 514578-31	8/10/2021	SIDA
80 4 21 605052-23	20/12/2021	SIDA
80 4 21 605053-04	20/12/2021	SIDA
80 4 21 605054-95	20/12/2021	SIDA
80 4 21 605055-76	20/12/2021	SIDA
80 4 21 605056-57	20/12/2021	SIDA
80 4 21 605057-38	20/12/2021	SIDA
80 4 21 605058-19	20/12/2021	SIDA
80 4 21 605059-08	20/12/2021	SIDA
80 4 21 605060-33	20/12/2021	SIDA
80 4 22 219124-86	16/5/2022	SIDA
80 4 22 219125-67	16/5/2022	SIDA
80 4 22 219126-48	16/5/2022	SIDA
80 4 22 219127-29	16/5/2022	SIDA
80 4 22 219128-00	16/5/2022	SIDA



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

80 4 22 219129-90	16/5/2022	SIDA
80 4 22 219130-24	16/5/2022	SIDA
80 4 22 219131-05	16/5/2022	SIDA
80 4 22 219132-96	16/5/2022	SIDA
80 4 23 026728-25	16/1/2023	SIDA
80 4 23 026729-06	16/1/2023	SIDA
80 4 23 026730-40	16/1/2023	SIDA
80 4 23 026731-20	16/1/2023	SIDA
80 4 23 026732-01	16/1/2023	SIDA
80 4 23 026733-92	16/1/2023	SIDA
80 4 23 026734-73	16/1/2023	SIDA
80 4 23 026735-54	16/1/2023	SIDA

TBA

Ds Inscricao	Data Inscrição	Ds Sistema Origem
80 2 17 059421-94	29/12/2017	SIDA
80 2 19 015805-85	11/3/2019	SIDA
80 2 19 096337-69	19/8/2019	SIDA
80 2 19 105877-40	14/10/2019	SIDA
80 2 20 011983-13	10/2/2020	SIDA
80 2 20 011985-85	10/2/2020	SIDA
80 2 20 069663-43	18/5/2020	SIDA
80 2 20 069664-24	18/5/2020	SIDA



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAU / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

80 2 21 131840-71	8/10/2021	SIDA
80 2 21 131845-86	8/10/2021	SIDA
80 2 21 149178-89	20/12/2021	SIDA
80 2 22 019240-26	16/5/2022	SIDA
80 2 23 050965-45	10/4/2023	SIDA
80 6 17 119434-90	29/12/2017	SIDA
80 6 17 119435-70	29/12/2017	SIDA
80 6 19 027786-63	11/3/2019	SIDA
80 6 19 027791-20	11/3/2019	SIDA
80 6 19 164833-77	19/8/2019	SIDA
80 6 19 164838-81	19/8/2019	SIDA
80 6 19 164853-10	19/8/2019	SIDA
80 6 19 202877-49	14/10/2019	SIDA
80 6 20 021489-63	10/2/2020	SIDA
80 6 20 021491-88	10/2/2020	SIDA
80 6 20 147681-98	18/5/2020	SIDA
80 6 20 147683-50	18/5/2020	SIDA
80 6 21 260347-73	8/10/2021	SIDA
80 6 21 260380-94	8/10/2021	SIDA
80 6 21 297366-55	20/12/2021	SIDA
80 6 22 040846-72	16/5/2022	SIDA
80 6 23 108688-19	10/4/2023	SIDA
80 7 17 042736-43	29/12/2017	SIDA
80 7 19 011183-49	11/3/2019	SIDA
80 7 19 056716-11	19/8/2019	SIDA



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
 Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
 Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
 Divisão de Dívida Ativa – DIDAU / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
 Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

80 7 19 064366-67	14/10/2019	SIDA
80 7 20 006260-16	10/2/2020	SIDA
80 7 20 034821-12	18/5/2020	SIDA
80 7 21 069306-06	8/10/2021	SIDA

ANEXO II – Do plano de pagamento

GASCOM			
	Inscrições que não foram anotadas co responsabilidade da GASCOM		
	80 2 23 050965-45	R\$ 104.230,79	
	80 6 23 108688-19	53785,78	
	Numero inscricoes DW Prev		Numero inscricoes DW Demais
SIDA Prev DW	82		62
DIVIDA DW	44		
	Principal	Encargos	Subtotal
Prev DW	25.197.383,04	29.602.110,93	54.799.493,97
Demais DW	17.522.366,65	29.356.477,61	46.878.844,26
Migradas GASCOM fora do DW	Principal	Encargos	
80 4 23 602226-59	1.599.354,99	788.994,90	2.388.349,89
80 4 23 602227-30	217.693,25	107.853,54	325.546,79
80 4 23 60 2228-10	79.503,15	40.585,09	120.088,24
80 4 23 60 2229-00	761.254,76	375.461,77	1.136.716,53
80 4 23 602230-35	199.043,94	98.191,11	297.235,05
80 4 23 602231-16	47.770,49	23.565,75	71.336,24
80 4 23 602232-05	15.923,46	7.855,16	23.778,62
80 4 23 602233-88	53.002,10	27.056,69	80.058,79
80 4 23 718688-14	165.264,16	71.012,63	236.276,79
80 4 23 718689-03	346.065,96	148.693,64	494.759,60
80 4 23 718690-39	44.356,67	19.058,63	63.415,30
80 4 23 718691-10	43.076,44	18.508,57	61.585,01
80 4 23 718692-09	3.446,10	1.480,66	4.926,76
80 4 23 718693-81	10.338,34	4.442,04	14.780,38
	Total	R\$ 5.318.853,99	
DIVIDA GASCOM fora do DW			
195036549	3333,85	2444,6	5778,45
195036530	589,01	408,12	997,13
	Principal Total DW + Fora DW	Encargos Total DW + Fora do DW	TOTAIS GASCOM
PREV	28.787.399,71	31.337.723,83	60.125.123,54
DEMAIS	17.522.366,65	29.356.477,61	46.878.844,26



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região – PRFN3
Procuradoria da Dívida Ativa na 3ª Região – PDA
Divisão de Dívida Ativa – DIDAUI / Divisão de Grandes Devedores – DIGRA /
Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Santos/SP

TBA TECNOLOGIA			
	Principal	Encargos	
PREV	3.169.278,47	2.765.654,50	5.934.932,97
DEMAIS	4.149.015,79	3.589.730,34	7.738.746,13
PF/BCN	43.983.613,35		
25%	10.995.903,34		
9%	3.958.525,20		
Pagamento com PF/BCN	14.954.428,54		

PLANO DE PAGAMENTO				
	Principal	Encargos	Desconto 65%	
PREV dos 2 Requerentes	31.956.678,18	34.103.378,33	42.939.036,73	ultrapassa os encargos
DEMAIS dos 2 Requerentes	21.671.382,44	32.946.207,95	35.501.433,75	ultrapassa os encargos
			Desconto maximo	Desconto efetivo
			34.103.378,33	51,62%
			32.946.207,95	60,32%
Residuo para uso do PF/BCN	31.956.678,18			
PF BCN na divida PREV	14.954.428,54	46,80%	Percentual de uso de PF/Bcn	
Saldo a pagar em dinheiro PREV	17.002.249,64			
Saldo a pagar em dinheiro DEMAIS	21.671.382,44			
Parcelas PREV				
1 a 12	30.000,00	R\$ 30.000,00		
13 a 24	150.000,00	R\$ 150.000,00		
25 a 36	300.000,00	R\$ 300.000,00		
37 a 60	-468.427,07	R\$ 468.427,07		
Parcelas DEMAIS				
1 a 60	30.000,00	R\$ 30.000,00		
61 a 120	-355.189,71	R\$ 355.189,70		



Requerente: Gascom Equipamentos Industriais Ltda